

A trajetória de uma geração pós-ditadura*

Eliana Maria de Melo Souza¹

Danielle Tega²

Resumo

Este trabalho busca contribuir para a crítica cultural e política da experiência brasileira recente. Com base no resgate histórico de um episódio característico do movimento estudantil paulistano dos anos setenta – a invasão policial da PUC-SP, com a detenção de 513 estudantes, em 21 de Setembro de 1977 –, durante, pois, o período de vigência da ditadura civil-militar (1964-1985), busca-se traçar linhas gerais reveladoras de um processo político à esquerda, que se seguiu ao fim da ditadura. Tal processo culminou com a vitória presidencial de Lula, acompanhado do Partido dos Trabalhadores e de proeminentes trotskistas. Tratamos de estudar a trajetória e o destino de uma geração que, tendo em torno de vinte anos, nos anos setenta, hoje, com a idade em torno dos cinquenta, ocupa, de modo senão determinante, ao menos expressivo, o cenário político, intelectual e cultural da sociedade brasileira.

¹ Professora de graduação e pós-graduação na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – Unesp, campus de Araraquara. Pesquisadora responsável pelo Grupo de Estudos Temáticos “Cultura e Política nos anos 1970”.

² Doutoranda em Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

A trajetória de uma geração pós-ditadura

I.

A vida prejudicada que constitui a tradição autoritária no Brasil precisa muito ser avaliada.

Quando pomos em tela o conjunto da história brasileira, saltam aos olhos as enormes dificuldades para a constituição de uma convivência democrática e republicana. De fato, no século vinte da história recente, observamos a persistência de padrões autoritários da vida política e, conseqüentemente, curtos períodos de convivência com as liberdades democráticas. Isto para não falar de nosso século dezenove imperial, ao mesmo tempo burguês e escravagista, ou tampouco mencionar quase quatro séculos de escravidão. Nossa vida democrática e republicana não só é curta, mas também, e principalmente, ela não se *enraíza*, para usar a metáfora da interpretação sergiana.

A crítica política da experiência brasileira pode auferir, particularmente do período da ditadura civil-militar (1964-1985), grandes avanços. É nesse período que podemos observar a mais extrema exacerbação dos traços característicos de nossa tradição autoritária. A violência deste período certamente não se compara a outros regimes militares impostos à América Latina em tempos correlatos. Para uma rápida comparação entre os dados mais gerais, porém significativos para apontar o grau de repressão sobre a vida da população, devemos lembrar que o número de mortos e desaparecidos políticos do período ditatorial no Chile (1973-1989) alcançou a cifra de cinco mil indivíduos, enquanto os ditadores argentinos num curto intervalo de sete anos (1976-1983) fizeram matar e desaparecer 30 mil pessoas. Já o Brasil, nos seus longos vinte e um anos de ditadura, contabilizou, oficialmente, 350 mortos e desaparecidos.³

* Este artigo apresenta resultados de duas pesquisas. A primeira, coordenada pela Profa. Dra. Eliana Maria de Melo Souza, intitula-se “Cultura e Política – a geração dos anos 70 e depois. Um tópico para a crítica da experiência brasileira”; foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e realizada na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – Unesp, campus de Araraquara. Apresenta, também, resultados parciais da pesquisa em andamento “Tramas da memória: um estudo de narrativas femininas sobre as ditaduras civis-militares no Brasil e na Argentina”, de autoria de Danielle Tega e também financiada pela FAPESP. Tal pesquisa está sendo desenvolvida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

³ Estes dados estão atualmente sendo revisados pela Comissão Nacional da Verdade, que foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012 com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Antes mesmo de sua criação, mas com maior ênfase depois dela, diversas novas denúncias apareceram, com destaque para o grande número de mortos de camponeses e indígenas, que mereceram um Grupo de Trabalho específico na Comissão.

Pertinente é, pois, o comentário da historiadora Maria Aparecida de Aquino, para quem esses dados quantitativos, embora expressivos, não são suficientes para entender a ditadura civil-militar brasileira (AQUINO, 2000, pp. 271-289). Devemos, segundo ela, ficar atentos para as singularidades sociais e políticas que revelam as contrapartidas definidoras de comportamentos militares específicos, conjunturais e históricos.

No mesmo sentido, Edson Teles e Vladimir Safatle (2010) destacam que não é pela contagem de mortos que deve ser analisada a especificidade do caso brasileiro, mas sim pelas marcas deixadas no presente, por aquilo que os autores chamam de “exceção brasileira”:

Quando estudos demonstram que, ao contrário do que aconteceu em outros países da América Latina, as práticas de tortura em prisões brasileiras aumentaram em relação aos casos de tortura na ditadura militar; quando vemos o Brasil como o único país sul-americano onde torturadores nunca foram julgados, onde não houve justiça de transição, onde o Exército não fez um *mea culpa* de seus pendoros golpistas, quando ouvimos sistematicamente oficiais na ativa e na reserva fazerem elogios inacreditáveis à ditadura militar; quando lembramos que 25 anos depois do fim da ditadura convivemos com o ocultamento de cadáveres daqueles que morreram nas mãos das Forças Armadas; então começamos a ver, de maneira um pouco mais clara, o que significa exatamente “violência”. (TELES; SAFATLE; 2010, p. 10)

Demarca-se, aqui, o legado destrutivo da ditadura. Acrescentemos, por nossa conta, que, se desde bem antes de nossa tardia emancipação dos escravos, as camadas dominantes (intelectuais e dirigentes) falam em mudança “lenta, regular e legal”, já os militares brasileiros, a partir do golpe de 1964, falam em “devolver as liberdades democráticas à população brasileira” de modo “lento, gradual e seguro”. Essa persistência temática e rítmica aponta para a existência de uma continuidade do padrão autoritário: profundas raízes histórias explicitam a permanência de governantes que, sob o pretexto de conservar a “ordem e a estabilidade” e a defesa de um poder forte, decidem do alto e aparentemente de fora da sociedade sobre a evolução e organização da vida da população.

II.

Para ilustrar uma outra forma de lidar com o tema, pensemos no trabalho do jornalista Elio Gaspari, que não se diz estudioso da ditadura militar brasileira,⁴ mas apresentou uma poderosa explicação sobre esta por meio da publicação, numa das mais prestigiosas editoras do país, de alentados volumes com títulos adjetivando a ditadura.⁵ O poder que sua explicação exerce tem origem tanto em suas fontes que são únicas, inquestionáveis, inacessíveis (ele herdou pessoalmente um contêiner de documentos do General Golbery), quanto na imagem midiática do colunista semanal do jornal *Folha de São Paulo*, o que faz lograr rápida leitura e instantânea unanimidade. A tese que ele apresenta em seus livros, já desde o primeiro volume da série, quer nada saber, e se desvencilhar o máximo possível, justamente desta violência da tradição autoritária brasileira. Afirma o jornalista, na Introdução à série:

O objetivo desta obra é contar por que e como Geisel e Golbery, dois militares que estiveram na origem da conspiração de 1964 e no centro do primeiro governo constituído após sua vitória, retornaram ao poder dez anos depois, com o propósito de desmontar a ditadura. (...) Para quem quiser cortar caminho na busca do motivo por que Geisel e Golbery desmontaram a ditadura, a resposta é simples: porque o regime militar, outorgando-se o monopólio da ordem, era uma grande bagunça. (GASPARI, ANO, p. 41).

Aqui não deve ser creditada ao conhecido balanceio dialético entre ordem e desordem, da interpretação de Antonio Candido, essa conclusão já antecipada ao leitor pelo amigo de Golbery. Trata-se sim de uma perigosa somatória de ordem e bagunça que exige uma longa argumentação contrária porque envolve uma compreensão da história brasileira de fora e do alto, ou seja, está preocupada exclusivamente com a ação dos que se posicionam no Estado e não com a ação dos de baixo, que sofrem um poder de mando arbitrário porque ilegítimo. Parece-nos igualmente insuficiente a definição sociológica com a qual trabalha o jornalista, segundo a qual os militares constituiriam uma “corporação burocrática fechada”, ignorando as estratégicas alianças com setores da classe dominante internos e externos ao país.

⁴ Afirma o jornalista: “Em nenhum momento passou pela minha cabeça escrever uma história da ditadura. Falta ao trabalho a abrangência que o assunto exige, e há nele uma preponderância de dois personagens (Geisel e Golbery) que não corresponde ao peso histórico que tiveram nos 21 anos de regime militar. O que eu queria contar era a história do estratagema que marcou nossas vidas. Fizeram a ditadura e acabaram com ela” (GASPARI, 2002, p. 20).

⁵ Os volumes são, nesta sequência: *A Ditadura Envergonhada* (GASPARI, 2002); *A Ditadura Escancarada* (GASPARI, 2002); *A Ditadura Encurralada* (GASPARI, 2003); *A Ditadura Derrotada* (GASPARI, 2003). Publicados pela Companhia das Letras entre 2002 e 2004, as obras foram compradas pela Editora Intrínseca em janeiro de 2013. A negociação envolve também o quinto volume da série, que deve se chamar *A Ditadura Acabada*, e ainda não tem previsão de lançamento.

Ganha relevo neste sentido detectar os grupos que se contrapuseram à ordem legal dominante porque não a consideravam legítima. Estes são, em sua maioria – grupos do andar de baixo, para usar a expressão que o jornalista gostava de empregar –, grupos da sociedade que encetam um movimento coletivo de resistência política e agem no sentido da mudança da ordem social.

III.

Dentre as diferentes formas de oposição à ditadura civil-militar brasileira, buscamos encontrar no movimento estudantil dos anos setenta o significado dessa resistência à ordem legal militar. Trata-se de um movimento herdeiro das lutas estudantis de 1968, mas de natureza diversa, já que estas desembocaram, segundo a maioria da bibliografia pertinente, na luta armada. Já os grupos estudantis da segunda metade dos anos setenta, ao se reorganizarem, depois do desmantelamento operado pela repressão ditatorial (morte, prisão, tortura, censura, cerceamento civil), expressam amplo movimento pelo restabelecimento de liberdades democráticas. Ao levar em conta as especificidades de cada momento procuramos, por um lado, reconhecer as inúmeras diferenças existentes entre os diversos grupos que faziam parte ou que surgiam do movimento estudantil. Por outro, evitamos cair na armadilha de ver as *esquerdas revolucionárias* como parte integrante da *resistência democrática*.

Os estudos sobre o movimento estudantil, tanto de fatura acadêmica quanto de fatura jornalística, debruçam-se quase todos sobre o decênio dos sessenta e querem deslindar, em particular, “nosso 68”, uma vez que nesse mesmo ano coincidiu uma movimentação estudantil explosiva em diversas capitais mundiais, exercendo, na sequência, uma decisiva influência sobre os acontecimentos. A eficácia simbólica sessenta-e-oitentista tem uma duração histórica inquestionável, um verdadeiro *turning-point* político – crucial, pois, para a posterior ação política das esquerdas, tanto para nós, brasileiros, quanto para o movimento internacional.

Já sobre a movimentação estudantil dos anos setenta, marcada, como já sugerimos, pela recomposição em novas bases de vínculos civis, em particular a partir da segunda metade da década citada, a bibliografia pertinente é ainda precária. Essa situação deixa de assinalar a importância histórica e política que esse movimento e seus participantes imprimiram e ainda imprimem na sociedade brasileira, em que pese suas ambiguidades e controvérsias. Destacamos, por exemplo, dentro da formação e atuação das principais tendências do movimento estudantil paulista desse período, organizações

como *Refazendo, Caminhando, Travessia, Convergência, Liberdade e Luta* – esta última, também conhecida como *Libelu*, foi uma vertente trotskista que transmitiu às agitações estudantis uma marca político-cultural nova, reinventando os espaços públicos da militância estudantil (PELLICCIOTTA, 2012).

Para contribuir com esse debate, apresentamos a seguir alguns resultados da pesquisa “Cultura e Política – a geração dos anos 70 e depois. Um tópico para a crítica da experiência brasileira”, coordenada pela professora Dra. Eliana Maria de Melo Souza. Com o objetivo de conhecer as vicissitudes da experiência política brasileira e de trazer para o primeiro plano o estudo da trajetória de vida da geração⁶ estudantil da segunda metade dos anos 1970, tal pesquisa debruçou-se sobre um acontecimento específico e significativo ocorrido no dia 21 de setembro de 1977, quando foram detidos 513 estudantes, a maioria, universitários, na PUC (Pontifícia Universidade Católica), em São Paulo. Este episódio do movimento estudantil, que coincide com uma mudança de estratégia da ditadura civil-militar, é conhecido como “a invasão policial na PUC”.

Os dois mil estudantes que estavam reunidos na luta por suas entidades livres para a realização do III Encontro Nacional dos Estudantes, visando a refundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), sofreram, naquela universidade católica, uma intimidação policial marcada pela violência: muitos deles saíram gravemente feridos, 513 deles permaneceram algumas horas detidos no DOPS. Presos na noite do dia 21, os estudantes foram liberados aos poucos na manhã do dia 22 de setembro.

O episódio da PUC nos servirá, pois, como baliza para oferecer, por ora, os perfis dos estudantes e de seus algozes. Não podemos deixar de ressaltar a problemática dessa escolha, pois é justamente na relação entre ambos (estudante e algoz) que se pode elaborar os perfis de suas figuras: os dados que nos servem de base para a construção do perfil dos estudantes foram colhidos dos questionários que estes responderam quando foram presos e estavam, portanto, nas mãos do repressor.

IV.

⁶ Utilizamos o conceito de *geração* no sentido em que este é trabalhado por Claudine Attias-Donfut (1999, p. 159), tanto em sua definição histórica como em sua definição sociológica. Para a autora, a definição histórica “representa um período de tempo que dura para a renovação dos homens na vida pública. É medida pelo espaço de tempo que separa a idade do pai e a do filho, estimada geralmente em trinta anos. A geração pode, contudo, ser mais curta (um decênio, por exemplo) quando diz respeito à renovação das ideias ou das modas”. Já a definição sociológica de geração “designa um conjunto de pessoas tendo mais ou menos a mesma idade, cuja principal característica é ter experiências históricas comuns com as quais elas alcançaram uma visão comum do mundo”.

Durante a noite em que os estudantes passaram no quartel do Batalhão Tobias de Aguiar, os policiais entregaram, a cada detido, um questionário contendo 18 perguntas, algumas bastante precisas e outras nem tanto. Estas últimas perguntas eram antes um alerta ameaçador com o intuito moral e cívico – no sentido da salvaguarda nacional, uma das tarefas diretas da implantação do regime militar – de educar politicamente a juventude contra os malefícios da luta armada. O questionário é em si um documento revelador da visão social e política dos militares. Uma visão que periodiza o movimento estudantil, como mostra a pergunta de número 13:

Teve conhecimento dos movimentos estudantis de 1968 a 1971 que redundaram na escalada da guerra revolucionária, quando vários estudantes passaram a integrar organizações terroristas e que praticaram assaltos a bancos, firmas comerciais, inclusive assassinatos e sequestros?

Também ameaça os estudantes, como mostra a pergunta de número 14:

Está ciente de que a evolução dos atuais movimentos estudantis pode levar os seus integrantes a responderem processos por delitos constantes na Lei de Segurança Nacional e que a sua participação está exatamente dentro de tudo aquilo que preceitua referido diploma legal?

E ainda é insistente na lição que quer dar ao estudante, como mostra a pergunta de número 15: “Tem ciência de que os movimentos estudantis atuais se identificam com aqueles que ocorreram no período de 1968 a 1971?”. Por fim, infantiliza o estudante, que considera manipulado por organizações partidárias de fora do meio educacional, como mostra a pergunta de número 16: “Seus pais sabem que participa ou tem participado de movimentos estudantis?”.

Quase não seria necessário assinalar as dificuldades inerentes à avaliação de dados secundários recolhidos por policiais e não por pesquisadores, numa situação excepcional em que o constrangimento pairava no ar e guiava a escrita. Ou seja, as informações que sistematizamos contêm lacunas, impossíveis de serem restauradas com perfeição. Contudo, de acordo com os resultados da pesquisa, podemos afirmar que parte das perguntas do questionário foi respondida com relativa veracidade. São aquelas consideradas pelos estudantes como as menos comprometedoras, informações como nome, data de nascimento, local de estudo, curso, endereço, trabalho, renda, profissão e renda dos pais e das mães.

Devemos observar que o restante das perguntas não foi evidentemente respondido com veracidade, porque comprometedoras, caso das perguntas que vão do número 5 ao número 11:

- 5) Faz parte de alguma entidade ou agremiação estudantil? (D.A. – C.A. – D.C.E.)
- 6) Como ficou sabendo da realização do III Encontro Nacional de Estudantes marcado para o dia 21/09/77 na Capital de São Paulo?
- 7) Tem participado de eleições estudantis, reuniões, encontros, assembléias, atos públicos e passeatas? Quais? Quando?
- 8) Participou de algum dos Encontros Nacionais de Estudantes ou de Encontros Nacionais de sua área de estudo?
- 9) Participou das assembléias do C.D.P.P. (Comitê de Defesa aos Presos Políticos) e do Comitê Primeiro de Maio?
- 10) Participou das missas de homenagem póstuma?
- 11) Está de acordo com o atual movimento estudantil? Por quê?

Algumas das respostas a esse conjunto de perguntas são risíveis porque caçoam da investigação policial, como a da estudante que respondeu que a única homenagem póstuma à que assistiu foi a de sua avó, para a pergunta de número 10 – em que o questionário policial visava certamente saber se o detido havia participado das missas do estudante Alexandre Vannucchi Leme (1973) e do jornalista Vladimir Herzog (1975), duas missas simbólicas para detecção das demonstrações públicas de contestação ao regime militar.

Além de responderem ao questionário policial, os estudantes detidos foram fichados e fotografados. Nesse sentido, convém destacar que, pesquisando no Fundo DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) do Arquivo Público do Estado de São Paulo⁷, foram encontrados dois álbuns de fotos referentes ao episódio que relatamos. Contudo, é difícil saber por que nem todos os estudantes possuem foto. Suspeitamos do destino das fotos ausentes segundo três hipóteses: ou de fato nem todos foram fotografados (como explicaremos a seguir), ou as fotos sumiram ainda no DOPS antes de formarem acervo público, ou foram surrupiadas por consulentes no Arquivo do Estado de São Paulo.

De todo modo, fica a pergunta: por que a polícia militar comandada pelo coronel Erasmo Dias elaborou um questionário desse teor? Afinal, certa preparação terá sido necessária, reuniões para estabelecimento das perguntas, datilografia, papel, cópias

⁷ O tema da documentação policial merece por ele mesmo uma reconstituição histórica, exigem uma espécie de metapesquisa. Para resumir, basta mencionar que, no estado de São Paulo, após o fechamento do DEOPS em 1983, pouco antes do fim da ditadura civil-militar, os documentos ficaram sob a guarda de Romeu Tuma, fiel escudeiro da ditadura, então diretor estadual da polícia federal. Uma discussão longa manteve os documentos inacessíveis até 1992, quando passaram a pertencer à Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo. Outra discussão girou em torno da maneira pela qual o público poderia ter acesso aos documentos. Só em 1994 essa discussão se encerrou com a abertura oficial dos documentos na jurisprudência descentralizada que hoje conhecemos (ou seja, cada estado legisla sobre o acesso aos documentos, abrindo no todo ou em parte o acervo policial). Entre 1983 e 1992, os documentos paulistas, diga-se, *emagreceram*: boa parte deles sumiu.

muitas. Já assinalamos o duplo objetivo de educação moral e cívica e de intimidação. Porém, supomos, além disso, que quem pensou na elaboração do questionário tinha de fato o objetivo de conhecer o estudante, porque não só não o conhecia, mas também porque visava algo mais: seria eficiente conhecer o estudante para melhor controlar o movimento estudantil. O desconhecimento e a vigilância da ação estudantil são atitudes que transparecem nas perguntas de número 5 a 11. Alguns dias antes da invasão, o coronel Erasmo Dias esteve em Brasília para tratar do assunto estudantil (Folha de São Paulo, 18/09/1977, p. 10) assim como esteve em Brasília poucos dias depois do episódio (Folha de São Paulo, 28/09/1977, p. 5), quando então conversou com o general Hugo Abreu, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. Isso significa dizer que a violência do coronel não foi conseqüência de arbitrária decisão pessoal, apesar de sua conhecida truculência. Nem impulsiva, nem impensada: a invasão policial da PUC foi planejada com certa antecedência.

V.

É possível dizer que o tipo médio do indivíduo detido em setembro de 1977 tem 22 anos de idade, nasceu em São Paulo, capital, vem da classe média, o pai em geral é profissionalizado, mas sem formação universitária, a mãe é dona de casa, é estudante da USP da FFLCH, não trabalha, politicamente encontra-se entre os estudantes pertencentes à chamada “massa avançada”. Segundo o vocabulário político estudantil da época, ser da “massa avançada” significava dizer que participava ativamente do movimento estudantil (participava de assembleias, eleições estudantis, passeatas, atos públicos, fazia eventuais contribuições financeiras, distribuição de panfletos etc.), mas não era nem liderança estudantil, nem militante político. Era antes um simpatizante de alguma tendência política estudantil por amizade ou por convicção, ou pelos dois motivos. Resumimos as características do tipo médio, pois localizamos algumas lideranças estudantis entre os detidos, assim como, no outro extremo, suspeitamos da existência de uma muito pequena parcela de pessoas que estavam, digamos então, a passeio na noite da invasão.

O número dos estudantes presos assusta porque foi necessário grande aparato policial, 20 ônibus da CMTC mobilizados para transportar o contingente de 513 indivíduos da PUC ao quartel. A imprensa relatou que havia em torno de 2000 pessoas no ato de comemoração pela realização do III Encontro Nacional dos Estudantes – encontro proibido pelas forças da ordem militar. Portanto, um quarto dos presentes foi

detido. O jornal *Folha de São Paulo* chegou a registrar 1000 presos, depois 894, baixando para 700. Em nosso vídeo-documentário 77, o coronel Erasmo Dias afirma serem 600 estudantes detidos.

Localizamos no Fundo DEOPS 459 questionários policiais. Já o número dos estudantes detidos, baseado na contagem policial do mesmo arquivo, chega a 513. Com nossa pesquisa foi possível assegurar que a diferença entre o número de questionários e o número de detidos encontrados no Fundo DEOPS deve-se ao fato de que nem todos os estudantes presos preencheram os questionários. Conseguimos via internet e por contatos pessoais preencher alguns dos dados faltantes, como notaremos adiante. Ainda assim, existe uma lacuna, já que há em torno de 30 pessoas de quem não temos informação alguma.

Isso dito, há uma miríade de informações sobre os detidos que merecem atenção.

VI.

Observando a divisão por sexo, verificamos que foram 302 homens e 211 mulheres detidas. Isso não é uma informação menor, já que a presença de mais de 40% de mulheres nesse momento é outro dado que contrasta com a militância do período anterior.

Em seu livro *O fantasma da revolução brasileira*, Marcelo Ridenti (1993) faz uma apresentação do perfil das organizações de esquerda, especialmente dos grupos armados, de 1964 a 1974. Apoiando-se em dados coletados no projeto *Brasil: Nunca Mais*, o autor observa que, do total de militantes processados pela repressão, apenas 16% eram mulheres. Deste número, 73% eram mulheres das camadas médias intelectualizadas, o que inclui estudantes, professoras e profissionais com formação superior. Considerando apenas as organizações armadas, verifica-se que 18% dos participantes processados eram mulheres e, dentre estas, 75% eram das camadas médias intelectualizadas – número que destoava com o pouco envolvimento de mulheres em partidos políticos tradicionais, como o PCB, onde menos de 5% do total de processados eram mulheres. Segundo Lucila Scavone (2008), essa contraposição sugere que as mulheres “se identificavam com uma proposta de ação política radical, tanto do ponto de vista da militância como de suas vidas pessoais”.

Embora o percentual de mulheres pareça pequeno mesmo nos grupos armados, devemos observar alguns elementos para evitarmos uma análise anacrônica. Em

primeiro lugar, lembremos que a norma, até os fins dos anos 60, era a não participação das mulheres na política, exceto quando estas se manifestavam para reafirmar seus lugares de “mães-esposas-donas-de-casa”, como ocorreu com as mobilizações conservadoras femininas de apoio ao golpe na ocasião das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Nesse sentido, ainda que a liberação específica da condição feminina não era explicitamente colocada naquele momento, a participação das mulheres nas organizações de esquerda revolucionária implicava um rompimento aberto e radical com os valores e expectativas familiares em nome de uma causa social.

Os diversos grupos armados foram rapidamente dizimados pelo aparato repressivo da ditadura militar, cuja política de Estado era torturar e executar seus oponentes. A experiência da militância passou a incluir, além da clandestinidade, a tortura, a prisão, o exílio, a morte. É apenas em um momento posterior à resistência armada que se pode realizar um trabalho de memória sobre esta forma de participação política, e é possível afirmar que o exílio ofereceu elementos diferenciais para a elaboração desse passado recente, principalmente às mulheres. O contato com o feminismo europeu, sobretudo com os movimentos de mulheres e feministas franceses que, nos anos 70, estavam no seu auge político, foi de grande importância para as exiladas, que tiveram um ganho significativo na elaboração que fizeram sobre o período anterior. Nesse trabalho de memória, realizado a partir das impressões e reflexões posteriores sobre o passado na militância, foram observadas as marcas das diferenças de gênero tanto na experiência política de seus grupos, como na experiência da repressão e tortura. Refletir sobre suas condições de mulheres que participaram ativamente na militância armada as leva também a pensar sobre os limites e alcances do discurso revolucionário que nutria essa militância.

Fruto dessa experiência, muitas dessas mulheres tornaram-se feministas e atuaram numa nova forma de política, que fosse capaz de articular a reflexão em torno das questões interpessoais com a luta contra as condições objetivas da opressão social, como observou Maria Lygia Quartim de Moraes (1996). E é com essa bagagem prática e teórica que retornam ao Brasil a partir da segunda metade da década de 70 e, em maior número, após a Lei da Anistia de 1979.

Outro ponto que merece destaque para nossa contextualização é que 1975 foi definido pela ONU como o Ano Internacional da Mulher (e o primeiro ano da Década da Mulher. Nesse ambiente, tal iniciativa da ONU abriu espaço para um movimento

social que já agia, timidamente, nos bastidores. Pequenos grupos de mulheres já se reuniam desde 1972 em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, inspiradas no feminismo americano. Eram grupos com caráter bastante privado, fato compreensível não apenas por escolhas individuais de suas participantes, mas pelo próprio momento em questão, quando as reuniões eram proibidas por serem consideradas atos subversivos.

Com o reconhecimento pela ONU da “questão da mulher” como problema social, novos grupos políticos de mulheres passaram a existir abertamente. Jornais como o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, que contavam com a participação feminina daquelas que ficaram no país e de outras que voltaram do exílio, foram publicados a partir desse período. Em suas páginas verificava-se a permanência das teses marxistas, dando importância à atuação na esfera pública e à centralidade da luta anticapitalista ao mesmo tempo, expondo uma preocupação marcante com os problemas políticos e sociais exacerbados pela ditadura militar. É também nesse momento histórico que surge o Movimento Feminino pela Anistia, que, iniciando suas atividades em 1975, “além da inquestionável importância da sua bandeira específica, colaborou significativamente para o avanço do movimento de mulheres” (MORAES, 1990, p. 20).

O período de 1975-1979 foi, portanto, marcado por uma intensa mobilização das mulheres brasileiras. Mas dado o contexto político-social no qual se manifesta, essa agitação foi marcada por uma “luta que se dividia entre o compromisso político contra a ditadura e as causas feministas, prevalecendo o primeiro nas negociações políticas”, como afirma Lucila Scavone (2010). Tratava-se de um quadro complexo, pois ao mesmo tempo em que o feminismo protestava pelos direitos das mulheres, ele voltava-se principalmente à retomada das liberdades democráticas e ao compromisso de lutar contra o regime repressivo.

Para voltarmos ao nosso tema principal, a presença de mais de 40% de mulheres do total de estudantes detidos em setembro de 1977 é relevante não apenas por seu caráter exemplificador do aumento significativo da participação política feminina, mas, principalmente, porque revela as sintonias entre o movimento estudantil de então e o movimento feminista, tanto em suas análises sobre as esquerdas revolucionárias como em suas novas formas de luta, trazendo em primeiro plano a bandeira das liberdades democráticas.

VII.

Outra informação relevante que merece uma análise mais cuidadosa são os dados referentes à formação educacional dos estudantes. Contudo, antes de nos debruçarmos sobre eles, apresentaremos alguns números de caráter mais geral para melhor ilustrar o perfil do estudante.

Como já adiantamos, a idade média dos estudantes presos foi de 22 anos. Dentre eles, quatro eram menores de 18 anos e 17 tinham mais de 30. Fazendo a separação da idade por sexo, visualizamos uma pequena diferença na variável etária dos estudantes: enquanto o maior número absoluto de homens (47) concentra-se na faixa de 20 anos, o maior número absoluto de mulheres (38) concentra-se na faixa de 22 anos. Assinala-se, além disso, que 349 estudantes tinham, em 1977, entre 20 e 25 anos, nasceram, pois, entre os anos de 1952 e 1957. Com idades entre 18 e 27 anos, em 1977, há 440 indivíduos. Quase todos os detidos nasceram na década de 50 (entre 1950 e 1959). Essa concentração etária contribui para, em nossa análise, considerar a avaliação da trajetória profissional e política de um grupo de indivíduos que viveram um mesmo acontecimento: *experiência de uma geração*.

Quanto ao local de nascimento, apenas assinala-se a existência de 12 estudantes nascidos no exterior, proporcionalmente o número é insignificante, pois representam pouco mais de 2% do conjunto do universo em análise. Levando em conta o estado da Federação de origem, é no estado de São Paulo que se concentra a maioria dos estudantes (389), seguidos pelos nascidos em Minas Gerais (26), Rio de Janeiro (11), Paraná (oito) e Pernambuco (seis). Os números absolutos para cada estado restante não chega a cinco, ou seja, menos de 1% do total.

Concentrando-se naqueles que nasceram no estado de São Paulo, observamos que apenas 33% têm origem no interior do estado (são 120 paulistas) – mais da metade, 67%, vem da capital (são 259 paulistanos). Isso significa chamar atenção para o fato de que são jovens de conhecimento de costumes em cidade densamente urbanizada.

Para encerrar a apresentação desta breve parte do perfil do estudante detido no episódio da PUC, resta jogar luz para o fato de que 233 indivíduos (45% do total) declararam trabalhar. É de se supor, no entanto, que se somarmos os indivíduos que declararam não trabalhar (203) àqueles que deixaram em branco (67), computaremos, não apenas os assinalados 40%, mas sim 53% de indivíduos que ainda se encontrariam mantidos pela renda advinda dos laços familiares.

Já as atividades que geram renda individual nomeadas pelos estudantes nos questionários policiais são bem variadas, destacando-se o número de bancários (24), estagiários (11), professor (oito), secretária, pesquisador e autônomo (cinco cada). Embora os dados colhidos não oferecessem suporte para apresentar uma análise quantitativa da renda dos detidos que trabalham ou da renda dos pais, seja individual (ou só pai ou só mãe) ou conjunta (pai e mãe), é possível dizer, no entanto, que a variável renda individual dos detidos apresenta desde ganho por hora de CR\$ 10,90 a ganhos mensais entre CR\$ 800,00 e CR\$ 9.600,00. Lembrando que na moeda corrente da época (cruzeiros), o salário mínimo alcançava o valor de Cr\$ 1.106,40, em setembro de 1977. Quanto ao ganho individual paterno, a renda declarada oscila entre CR\$ 2.000,00 e CR\$ 80.000,00 (esta alta renda é de um estudante em Ciências Sociais da PUC, filho de um banqueiro em Salvador/BA). Já a renda individual da mãe apresenta valores que vão de CR\$ 1.500,00 a CR\$ 25.000,00.

Há um tópico curioso sobre o que os estudantes da chamada “massa avançada”, detidos no episódio da PUC, informam a respeito do trabalho da mãe – aliás, boa parte delas não tinha trabalho remunerado, condição muito diferente de hoje. Várias designações comparecem nos questionários policiais preenchidos pelos estudantes para registrar a ocupação materna: “prendas domésticas”, “dona de casa”, “doméstica”, “do lar”, além dos registros “não trabalha”, “sem profissão” e daqueles que deixaram em branco. Todos esses registros significam dizer que as mães se ocupavam com os “afazeres domésticos”, conforme a designação adotada recentemente pelo IBGE (BRUSCHINI, 2006). Embora 1975 tenha sido considerado o Ano Internacional da Mulher, os estudantes de 1977 ainda não haviam incorporado um vocabulário que desse lugar mais prestigioso à ocupação de suas mães.

VIII.

Passemos, agora, ao estudo da formação educacional dos detidos. Em números absolutos, observamos que a maioria dos 513 detidos era constituída por estudantes universitários matriculados na Graduação (438). No questionário policial, apenas três estudantes informaram estar estudando em Curso de Pós-Graduação, enquanto 30 eram secundaristas e/ou estavam freqüentando o curso pré-vestibular. De passagem, observe-se que o Colégio e Cursinho Equipe comparece nos questionários policiais de maneira frequente, mencionado tanto pelos estudantes secundaristas quanto pelos estudantes de Graduação. Por fim, cinco estudantes declararam que não estudam (dois já formados,

um bancário, um professor de inglês da Cultura Inglesa e um trabalhador autônomo sem renda fixa).

Dos 438 estudantes de Graduação, 75% são da USP. Voltaremos a tratar dos alunos desta universidade mais adiante. Antes disso, convém ressaltar outros dados. Surpreende, por exemplo, que existam estudantes da PUC, já que na ordem de prisão dada pelo coronel Erasmo Dias, registrada em imagem, ele foi explícito na soltura dos estudantes matriculados nessa universidade pelo simples motivo de que estavam de fato assistindo aulas. Mas se notarmos que os estudantes, em grande número, foram reunidos pelos policiais no estacionamento para automóveis em frente aos edifícios da PUC, e somarmos a isso a exasperação do coronel – fato que não ajudava a articular uma fala clara –, é possível que alguns estudantes não tenham ouvido sua liberação.

A segunda universidade com maior presença é a Cásper Líbero, totalizando 42 estudantes, alcançando quase 10% dos estudantes de Graduação detidos. E, de fato, na pasta “Cásper Líbero” do Fundo DEOPS, comprovamos que cinco membros do Diretório Acadêmico desta instituição estavam sendo processados por “subversão”, acabaram sendo suspensos por 60 dias, correndo o risco de serem expulsos. Houve então uma deliberação dos estudantes do D.A. de aproveitar a oportunidade do ato comemorativo na PUC para pedir solidariedade aos estudantes da USP. Na sequência, a imprensa deu conta de que, primeiramente oito, caindo depois para três estudantes daquela instituição foram impedidos de se matricular em fevereiro do ano seguinte (O Estado de São Paulo, 19/02/1978, p. 11; O Estado de São Paulo, 14/03/1978, p. 27).

Por outro lado, a distribuição dos estudantes de Graduação por curso confirma que os estudantes de humanas formam a grande maioria, somando 335 indivíduos. Já os cursos da área de biológicas e exatas (e outros cursos de difícil classificação, mas de menor incidência) somam apenas 90 indivíduos. Desponta, principalmente, o grande número de estudantes em Ciências Sociais (que somam 87 estudantes, isto é, 20% do universo da Graduação), em segundo lugar, os alunos do curso de História (38), depois os estudantes de Jornalismo (34). Contudo, ao adotarmos uma classificação que reagrupa os estudantes da ECA, da FAAP e da Cásper Líbero na rubrica mais geral de Comunicações e Artes (teatro, cinema, jornalismo, editoração, formação de ator, direção teatral e artes), veremos que o resultado aponta para um total de 74 alunos nessa área.

Tomando agora para análise apenas os estudantes matriculados em unidades da USP, verificamos que a FFLCH (Ciências Sociais, Filosofia, História, Geografia, Letras) lidera absoluta, com quase 50% dos uspianos, totalizando 157 estudantes, sendo

66 homens e 91 mulheres. Em seguida aparece a ECA, com 12% dos universitários da USP, contabilizando 38 estudantes, dos quais 21 homens e 17 mulheres.

Embora o contingente de estudantes da ECA não seja muito alto, se comparado ao altíssimo número de estudantes pertencentes à FFLCH, aquela unidade de ensino comparece como a segunda maior unidade. Gostaríamos de chamar a atenção para essa informação, pois estamos tomando a Greve da ECA, deflagrada em maio de 1975 contra uma lista de atitudes arbitrárias do Diretor Manuel Nunes Dias, como o marco para o início da reorganização do Movimento Estudantil nos anos 1970. Isso ocorre em período posterior à repressão militar que se abateu sobre a ação estudantil durante a assim consagrada fase de “radicalização do ME”, em 1968, desembocando na ação das dissidências pecebistas que optam pela luta armada.

IX.

O estudante da USP talvez estivesse na mira militar de maneira privilegiada. Isso porque, conforme comprovou nossa pesquisa, só eles foram fotografados pela polícia. E, de fato, reunimos 300 fotos dos estudantes da USP. Estudantes de outras universidades e secundaristas, além daqueles de quem não possuímos informação alguma, não foram fotografados. Isso é mais um dado que corrobora para o caráter sistematizado e organizado do aparato repressivo.

De passagem, assinalemos um aspecto que dá uma nota grave ao episódio da PUC. Suspeitamos que os questionários não localizados se expliquem pelo fato ou de que sumiram antes dos documentos terem se tornado acervo público ou porque a alguns estudantes as perguntas não foram entregues. Tivemos confirmação desta última hipótese quando conseguimos localizar por internet um estudante, matriculado em 1977 na Graduação em Ciências Sociais da FFLCH, que se tornou um psicanalista reichiano (análise bio-energética), com formação em Psicologia pelo então Instituto Unificado Paulista. Em longa conversa telefônica, ele simplesmente apresentou justificativas muito sérias para não ter seu nome divulgado, nem conceder entrevista filmada. Mas afirma não ter preenchido o questionário policial porque foi levado dentro de uma radiopatrulha não ao quartel do Batalhão Tobias de Aguiar, mas sim ao DOPS. Temos informação de que 92 estudantes foram levados ao DOPS – ou diretamente da PUC, como neste caso, ou retirados do quartel e levados durante a noite. Esta testemunha foi torturada e sofre das sequelas. Era militante da tendência estudantil Liberdade e Luta, da qual se desligou, em 1978, com a fração política que veio a formar o PCO (Partido da

Causa Operária). Segundo este depoimento telefônico, o grupo de estudantes que foi levado ao DOPS sofreu tortura e ele tem notícias de um colega que perdeu a audição num ouvido pelo uso do violento tapão conhecido por “telefone”.

Diante das considerações expostas, podemos desfazer alguns mal entendidos comumente aceitos. Em primeiro lugar, há que se desmentir a ideia de que este episódio estudantil não tenha sido violento ou de que não existam consequências que mereçam destaque. Os relatos de tortura que colhemos ilustra de maneira exemplar nossa posição, mas não apenas eles. Acreditamos que a violência institucional estava presente já nas arbitrariedades cometidas por personagens ligados ao regime repressivo, seja na figura do coronel Erasmo Dias, seja na figura do diretor da ECA Manuel Nunes Dias. Ignorar que isso seja uma violência com graves consequências significa fechar os olhos para sua repetição e ignorar os sinais autoritários deixados pela ditadura. Citamos abaixo, dentre muitas, apenas duas situações para elucidar nossa posição.

Ao observarmos as disposições disciplinares constantes do Regimento Geral da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é possível afirmar que estas ameaçam estudantes e funcionários da Universidade quando suas respectivas categorias mobilizam-se ao reivindicar melhoras sociais e/ou políticas. Esse fato foi denunciado pela Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, para a qual tais disposições, “em particular aquelas concernentes à forma processual (artigos 227, inciso VIII; 234 e 235), são a transcrição verbatim do Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, braço universitário do Ato Institucional no. 5, de 13 de dezembro de 1968”.

Outra situação que merece destaque por expor os resquícios dessa violência institucional ocorreu perto de se completarem 30 anos do episódio da PUC. Em junho de 2007, policiais militares da Tropa de Choque e da Força Tática do 13º Batalhão de Policiamento do Interior (BPM/I) invadiram, por volta das 2h30 da madrugada, o campus da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Araraquara. Os mais de 100 alunos que ocupavam, em sinal de protesto e greve, a sala da diretoria do prédio da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) foram pegos de surpresa pelos policiais, que, munidos de cassetetes e escudos, retiraram todos à força. Ônibus da empresa de transporte coletivo da cidade foram utilizados para levar os alunos, muitos algemados, ao 4º Distrito Policial da cidade.

Uma segunda interpretação habitualmente aceita que deve ser desmistificada refere-se ao próprio caráter do movimento estudantil durante a ditadura civil-militar.

Ignorar as diferenças entre os dois momentos que procuramos destacar neste artigo incorre em uma falsidade histórica que desmerece as especificidades de cada luta. Como procuramos observar, o imaginário político da esquerda brasileira durante a ditadura civil-militar (1964-1985) apresentou duas configurações principais bem nítidas: uma primeira configuração *revolucionária*, que comandou a ação de grupos armados visando à tomada do poder, e uma segunda configuração *democrática*, que foi inaugurada pelo movimento estudantil (jovens universitários de densos centros urbanos) orientado pela bandeira das liberdades democráticas por meio de protestos de rua massivos.

A nosso ver, as características de cada movimento devem ser respeitadas para que suas ambiguidades sejam mais bem estudadas, não apenas como registro histórico, mas principalmente como ferramenta crítica do presente, quando personagens pertencentes aos dois contextos, e em diferentes correntes de cada um desses períodos, estão no poder. Nesse sentido, observar o significativo aumento da participação política feminina entre um movimento e outro, como destacamos, nos ajuda a refletir sobre os caminhos que levaram uma mulher, militante da esquerda armada, que foi presa e torturada, à presidência de nosso país. Essa empreitada crítica deve ser feita conjuntamente com o questionamento das contradições que cercam o partido da presidenta Dilma, já que a criação e fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) contaram com apoio de importante fatia dos trotskistas pertencentes à tendência Liberdade e Luta, por exemplo.

Por fim, e para fechar algumas questões lançadas no início do artigo, cabe-nos manifestar o equívoco presente nos já citados trabalhos de Elio Gaspari. O preparado discurso dos questionários feitos aos estudantes detidos na PUC em 1977, o planejamento da polícia militar ao realizar a invasão, a organização do aparato repressivo ao fotografar apenas alunos de determinada universidade: estes não são apenas indícios, mas provas de que a ditadura civil-militar estava longe de ser uma “bagunça”, como afirma o jornalista. Era, na verdade, uma estrutura tão bem armada que ainda hoje apresenta seus resquícios. Fica-nos a tarefa de um novo balanço dialético, desta vez para interpretar – e, necessariamente, fraturar – o legado destrutivo ditatorial num governo cujo partido nasceu exatamente da luta contra a ditadura.

Bibliografia consultada:

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *Intelectuais, História e Política (séc. XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. La génération, un produit de l'imaginaire social. In : RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (org). *L'identité, l'individu, le groupe, la société*. Auxerres : Éditions Sciences Humaines, 1999, pp. 157-162.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado. Rev. Bras. Estud. Popul. Vol. 23, n. 2, São Paulo, jul./dez. 2006.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas cidades, 1993, pp. 19-54.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Editora José Olympio, 1986.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Liberdade... e Luta: considerações sobre uma trajetória política (anos 70)*. Campinas: Unicamp, Tese Doutorado, 2012.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, p. 173-186, 2008.

SCAVONE, Lucila. Feminismo contemporâneo y democracia en Brasil. In: FAURÉ, Christine. (Org.). *Enciclopedia Histórica y Política de las Mujeres*. Europa y América. 1 ed. Madrid: AKAL, 2010, v. 1, p. 732-753.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A experiência feminista dos anos setenta*. Araraquara: FCL/UNESP, 1990.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Vinte anos de feminismo*. Tese de Livre-Docência, IFCH, Unicamp, Campinas: 1996.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

Jornais consultados:

O Estado de São Paulo

Folha de São Paulo

Acervo consultado:

Arquivo do Estado de São Paulo – Fundo DEOPS.